

“Examinai tudo e guardai o que for bom.” (1Ts 5,21)

As eleições de 2026 nos colocam diante de uma importante responsabilidade como povo brasileiro. Mais do que escolher candidatos e candidatas para ocupar cargos públicos, os brasileiros são chamados a discernir quais projetos de sociedade, de democracia e de país querem fortalecer. Como recorda a tradição cristã, a política não pode ser reduzida à disputa pelo poder, pois deve estar a serviço da vida, da justiça, da dignidade humana e do bem comum. Por isso, o Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras – CPP entende este momento como uma oportunidade de fortalecer a democracia, a participação popular e a organização dos povos, especialmente daqueles que historicamente têm sua voz silenciada nos espaços de decisão.

Para a Pastoral, falar de democracia é falar também dos territórios. Não existe democracia plena quando comunidades são expulsas de seus lugares de vida, quando seus modos de produção e reprodução cultural são ameaçados ou quando grandes projetos são decididos sem a participação daqueles que serão diretamente atingidos. Os rios, os manguezais, as praias, as ilhas e o mar não são espaços vazios à disposição dos interesses econômicos. São territórios de vida, de trabalho, de cultura, de espiritualidade e de memória. Neles vivem e trabalham pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas, indígenas e tantas outras comunidades tradicionais que, geração após geração, cuidam das águas e garantem alimento para o povo brasileiro.

A Palavra de Deus permanece atual diante das injustiças do nosso tempo: *“Ai dos que juntam casa a casa e campo a campo, até que não haja mais lugar” (Is 5,8)*. Hoje, essa concentração também alcança as águas e os territórios costeiros. Portos, mineração, petróleo e gás, grandes empreendimentos turísticos, usinas eólicas offshore (em alto mar), projetos de hidrogênio verde, data centers, infraestrutura energética ou transição energética e outras iniciativas são apresentados em nome do dito “desenvolvimento”. O CPP reafirma que não é contra o desenvolvimento, mas não aceita um modelo que transforme os territórios em mercadoria, concentre riquezas e transfira para as comunidades os custos sociais e ambientais dos grandes empreendimentos. Não se pode fazer uma transição energética que reproduza as mesmas injustiças do modelo que pretende substituir e transforme maretórios e territórios, que pulsam tanta vida, em zonas de sacrifício.

Por isso, as eleições precisam ser também um momento de fortalecimento da afirmação política dos Povos das Águas. O CPP defende que pescadoras, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais não sejam lembrados somente como eleitoras/es durante as campanhas, mas sejam reconhecidos como sujeitos de direitos, sujeitos políticos e protagonistas na defesa e nas decisões sobre seus próprios territórios. É preciso perguntar aos candidatos e às candidatas que projeto de Brasil defendem, qual sua posição diante da transição energética, das mudanças climáticas, da pesca artesanal, dos direitos das comunidades, da soberania sobre os bens naturais e da participação popular nas grandes decisões que atingem as águas. Nesse processo, conhecer a trajetória política, os compromissos assumidos e as escolhas feitas por cada candidatura pode contribuir para uma reflexão mais consciente nas comunidades.

Nesse sentido, o CPP se soma aos Povos das Águas na construção de um período eleitoral que seja espaço de educação política, organização e mobilização comunitária. Mais do que perguntar “em quem votar?”, é importante perguntar coletivamente: “Que Brasil queremos construir e que futuro queremos garantir para os territórios e próximas gerações?” A partir dessa reflexão, as comunidades podem fortalecer suas próprias pautas, dialogar com as candidaturas e, sobretudo, acompanhar os mandatos das/os que forem eleitas/os. Afinal, a democracia não termina no dia da votação. Votar é um ato de cidadania; acompanhar, cobrar e participar são formas permanentes de exercer a democracia.

A soberania nacional também precisa ser compreendida a partir dos territórios. Um país soberano é aquele que possui condições de decidir democraticamente sobre seu futuro, reconhecendo que as águas e a natureza como um todo possuem valor próprio e precisam ser respeitadas e protegidas.

O Brasil não será verdadeiramente soberano se suas decisões estratégicas forem determinadas exclusivamente pelos interesses de grandes grupos econômicos, enquanto os povos que historicamente vivem e trabalham nesses territórios são tratados como obstáculos ao chamado “desenvolvimento”. O CPP reafirma, portanto, seu compromisso com o Estado Democrático de Direito, com a participação popular, com a missão profética libertadora, com a justiça socioambiental e com a defesa dos direitos dos Povos das Águas. Não indicamos candidatas/os ou partidos, mas é necessário que cada cidadão e cidadã, individual e coletivamente, verifique quais partidos exercitam o compromisso efetivo com os pobres, com os trabalhadores, com os povos das águas,

com o meio ambiente, com os Direitos Humanos. Reiteramos que não há neutralidade possível diante da injustiça, da destruição dos territórios, da violência contra as comunidades, da concentração da riqueza e de qualquer tentativa de enfraquecimento da democracia. Como recorda o profeta Amós, que *“corra o direito como as águas e a justiça como um rio perene”* (Am 5,24).

Neste processo eleitoral, nossa fé nos chama à esperança, mas uma esperança que se transforma em compromisso e ação, que organiza, mobiliza e coloca o povo em movimento em defesa de seus direitos e da Casa Comum. Como ensina o Evangelho, *Jesus veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)*. É essa vida que o CPP se compromete a defender, ao caminhar ao lado das comunidades pesqueiras na luta pela permanência em seus territórios, pela valorização da pesca artesanal, pela proteção dos manguezais e das águas e pelo direito à participação nas decisões que afetam o presente e o futuro.

Por isso, o CPP se propõe a peregrinar junto com os Povos das Águas de todo o Brasil neste período eleitoral, partilhando a importância de construção de consciências, autonomia, liberdade de escolha e de projeto de futuro. Ecoando que cada comunidade tenha a oportunidade de discernir e conhecer a trajetória dos candidatos e candidatas, apresentar suas reivindicações, exigir compromissos e acompanhar os mandatos. Agindo para que as eleições fortaleçam a organização popular e façam com que a voz das águas chegue aos espaços onde se decide o futuro do Brasil.

Os Povos das Águas não ocupam um lugar de espectadores na história: São protagonistas de suas próprias vidas e lutas.

“Nas águas da organização, pescando vida e dignidade” nas eleições 2026 do Brasil.

Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

Brasília, 10 de setembro de 2026